

A MADEIRA E O SAGRADO: AS LIPSANOTECAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS

Resumo: Neste estudo analisámos as lipsanotecas medievais portuguesas, apresentando um primeiro inventário dos casos conhecidos. Apesar de não serem muito numerosos, julgamos que eles fornecem importantes informações sobre a dedicação e sagração de igrejas e sobre a sensibilidade religiosa.

Palavras chave: Lipsanoteca; Relíquias; Dedicação; Sagração; Portugal medieval.

Abstract: This paper analyses the occurrence of lipsanotecas in medieval Portugal, providing an inventory of the known cases. Aldo they are not very numerous, they provide importante information about the dedication and consagrator of their churches and the religious sensibility.

Keywords: Lipsanoteca; Relics; Dedication; Consagrator; Medieval Portugal

Ao longo da Idade Média, a relação entre a madeira e o sagrado nem sempre foi das mais fáceis. Como se sabe, a madeira foi amplamente utilizada nas esculturas devocionais de vulto e na criação de retábulos, mas nas alfaias litúrgicas o seu uso estava impedido pela legislação canónica. Com efeito, os cálices não podiam ser em madeira, por ser um material poroso, que absorvia o vinho que, depois de consagrado, se transmutava em sangue de Cristo. Tão pouco deveriam ser em vidro, dada a fragilidade do suporte e a possibilidade de ele se partir e o precioso líquido se derramar no solo. O ferro estava igualmente vedado, pelos problemas resultantes da sua oxidação. Por isso,

as disposições canónicas estabeleceram, desde cedo, que os cálices e demais alfaia litúrgicas deveriam ser em metal – de preferência ouro ou prata, podendo, se a igreja fosse pobre, ser em estanho.

Quando, entre 1256 e 1265, sob a égide de Afonso X, o *Sábio*, se compilaram as *Partidas*, a imensa sistematização do *corpus* jurídico em vigor no reino castelhano, a *Primeyra Partida* foi consagrada à legislação de âmbito eclesiástico e religioso. Portugal conheceu e adoptou as *Partidas* a partir do reinado de D. Dinis, neto do *Sábio*, e conta com uma cópia da *Primeyra Partida*, datada do século XIV, que se baseou num protótipo bastante arcaico. Esta versão da *Primeyra Partida* que, procedente de Alcobaça, se conserva na Torre do Tombo, foi editada e estudada por José de Azevedo Ferreira (Ferreira, 1980). No que respeita aos cálices e demais alfaia litúrgicas, a *Primeyra Partida* esclarece que “... o calez de madeyro nom he tam sarrado como o do metal e entra per elle aquillo que en elle metem. E por ende ficaria por ende algua cousa do que lhy metem e do sanguy de Nostro Senhor Ihesu Cristo por que o clerigo nono poderya consumir compridamente como devia nem outrossy nom sse poderya bem lavar que nom ficasse hy algua cousa.” (Ferreira, 1980, p. 183 - Título VII, Lei 14). Em relação ao vidro acrescenta-se: “... E ainda nom tenerom bem que o ffezessem en vasso de vidro por que he fraco e quebrarya ligeiramente e poderssya verter o que enelle estevesse.” (Ferreira, 1980, p. 183). E, em relação ao ferro, “... sse os ffezessem de ffero enffuregeceryam aginha e nom sse poderyam bem lavar.” (Ferreira, 1980, p. 183). Colocadas, ainda, objecções ao uso do cobre e do chumbo, restava, portanto, o uso do ouro, da prata ou do estanho: “... foy estabelecido que nom ffezessem ssacriffiço senom eno calez d’ouro ou de prata. (...) Pero enas jgreias pobres que nom podessem aver taaes calezes come este bemno podem aver d’estanho.” (Ferreira, 1980, p. 183).

Mas, se o uso da madeira estava vedado para as alfaia litúrgicas, ela foi utilizada noutras situações. Ao longo deste texto a nossa atenção irá incidir sobre um tipo específico de peças – as caixas-relicário – que, porque normalmente não estão à vista, passam despercebidas e são menos referidas na bibliografia.

Para que um templo entrasse ao culto eram fundamentais duas coisas: que tivesse sido sagrado pelo bispo da diocese a que pertencia; e que tivesse relíquias no seu altar¹. Eram estas que legitimavam o exercício do culto. Na *Primeyra Partida* encontramos elementos que ajudam a compreender o processo de sagração de um templo, explanado em pormenor no Título XIII – denomi-

¹ Luís Araus Ballesteros sublinha que “la colocación de reliquias se hacía innecesaria en los altares dispuestos junto a la tumba de un mártir o sobre una cripta que la contuviese, pero en los restantes era necesario depositarlas en su interior al consagrarlos, en una cavidad practicada en la misma mesa o, más frecuentemente en uno de sus soportes” (Araus Ballesteros, 2013, p. 462).

nado “*Das igrejas en como sse devem fazer, en que ha XX leis*” –, sobretudo nas Leis 12 a 15. Esta é, aliás, a melhor fonte de que dispomos para perceber todos os passos envolvidos na cerimónia de sagração ou de dedicação de uma igreja medieval. A 12ª lei é dedicada a “*Quem deve a consagrar as jgreias e os altares*”. Nela se determina que “*nem huum nona pode sagrar senon o bispo*” (Ferreira, 1980, p. 394), acrescentando: “*E quando sagrarem devem meter en elles [altares] rreligas.*” (Ferreira, 1980, p. 395). A participação do bispo na sagração das igrejas já se encontra mencionada no 2º Concílio de Braga, reunido por volta de 572, cujo cânone 5º recomendava que o bispo não exigisse nada pela sagração de uma igreja (Vives, 1963, p. 83). Esta determinação vai ao encontro do que ficara decidido no 1º Concílio de Braga, de 561, que tinha proibido os presbíteros de consagrarem igrejas ou altares (Vives, 1963, p. 75, Cânone 19), reservando, de forma implícita, essa prerrogativa para os bispos. Em diversos concílios peninsulares foram tomadas medidas que pressupunham que a sagração de um templo ou de um altar era incumbência dos bispos (Férotin, 1904, p. 357-358): o 2º Concílio de Zaragoza, de 592, ordenou que os bispos sagsassem de novo os templos que tivessem sido sagrados por bispos arianos (Vives, 1963, p. 154, Cânone 3); o 2º Concílio de Sevilha, de 619, reiterou que as leis eclesiásticas reservavam ao bispo a faculdade de sagrar templo ou altar (Vives, 1963, p. 167, Cânone 7); e o 3º Concílio de Zaragoza condenou os bispos que sagravam templos sem ser ao domingo (Vives, 1963, p. 476, Cânone 1). Ao confiar apenas aos bispos a legitimidade de sagrarem templos ou altares, a Igreja assegurava o controle da entrada ao culto de novos edifícios, evitando que privados erguessem templos com o único objetivo de enriquecerem, como se refere, explicitamente, no 2º Concílio de Braga (Vives, 1963, p. 83, Cânone 6). Para além deste “*control directo sobre las nuevas iglesias*”, a presença do bispo era, ainda, “*una garantia de autenticidade de las reliquias*” (Araus Ballesteros, 2013, p. 459). Esta atribuição da sagração de um templo à prerrogativa episcopal enraizou-se desde tempos recuados. Entre nós, o primeiro exemplo é a inscrição da igreja de S. Tiago de Castelo de Neiva, de 862 ou [867-912], que foi presidida pelo bispo Nausto (Barroca, 2000a, Insc. nº 1; Barroca, 2017, Insc. nº 1)². Esta determinação seria confirmada no Sínodo de Lisboa, de 1240, que estabeleceu que “*... solius episcopi est confirmara, virgines consacrare, ecclesias dedicare, ordines dare et altaria erigere.*” (*Synodicon Hispanum*, 2, p. 287).

² Todas as inscrições paleocristãs portuguesas são de conteúdo funerário (epitáfios), à excepção de um pequeno número de epígrafes gravadas em objectos litúrgicos. Até ao século IX, quando arranca a série epigráfica medieval, não se conhece, no território português, qualquer inscrição relacionada com a dedicação ou consagração de um templo.

Na 13ª lei da *Prymeira Partida* regista-se que as sagrações apenas deviam ocorrer aos domingos – “*enos dias de domjgo devem sagrar os bispos e non enoutros dias.*” (Ferreira, 1980, p. 395). Esta é uma determinação também muito antiga, como vimos já consagrada no 3º Concílio de Zaragoza, reunido c. 691, cujo 1º Cânone estipulava “*que não seja permitido aos bispos sagrar as igrejas fora dos domingos*” (Vives, 1963, p. 476). Na Antiguidade Tardia, este preceito dominical parece ter sido rigorosamente seguido, como demonstrou José Vives ao estudar as inscrições visigóticas de sagração de igrejas (Vives, 1942), em estudo onde rebateu as reservas colocadas por Marius Férotin à observância de esta determinação na Península Ibérica (Férotin, 1904, p. 358-360). No entanto, mais tarde, a situação parece ter-se alterado pois, apesar de estas determinações, a Epigrafia Medieval ensina-nos que, por vezes, a cerimónia podia ocorrer na festa do orago do templo, mesmo que esta não coincidisse com um domingo. Das oito inscrições de sagração medievais portuguesas que revelam o dia e o mês em que a cerimónia decorreu, apenas três coincidem com um domingo (Barroca, 2000a, I, p. 319).

Finalmente, na 17ª lei esclarece-se que “*fazem en sagraçom da ygreia [outras] duas cousas, ssinaaes de cruzes e ensarram eno altar as rreligas dos santos que stam por dar a entender que ena ygreia acham os cristãos emparamento polo poder de Nosso Senhor Ihesu Cristo e pelas rreligas dos santos que hy som*” (Ferreira, 1980, p. 399). E na 19ª Lei determina-se que “*... poys que a santa eygreia fosse sagrada devem os clerigos screver o dia en que sagrarom e fazer grande festa daquela sagraço en cada huum ano.*” (Ferreira, 1980, p. 402). Nos finais do século XIII, Guillaume Durand recomendava igualmente que, na cerimónia de deposição de relíquias, se devia registar em inscrição a natureza das relíquias, o nome do prelado que tinha presidido à sagração e a data em que a cerimónia ocorrera: “*Ponat etiam ibi articulum de corio, scriptam de grossa littera, continentem cujusmodi reliquiae sunt ibi inclusae et in cuius sancti honorem et nomen ecclesia ipsa et altare dedicantur, nomen consecrationis et indulgentiam quam in anniversario dedicationis die concedit, annum quoque, mensem et diem quibus dedicatur, sigillens ipsum vasculum diligenter.*” (cit. por Michaud, 1999, p. 204, nota 29). São estas recomendações que explicam o número relativamente elevado de inscrições comemorando a sagração ou a dedicação de um templo, porque uma epígrafe era a forma mais perene e mais pública de memorizar a data da sagração de um templo. Jean Michaud arrolou, para a França, entre os séculos VIII e XIII, um total de 174 inscrições (Michaud, 1999, p. 206). Para a Idade Média portuguesa, entre o século IX e os inícios do século XV, conhecemos 53 inscrições (25 de sagração e 28 de dedicação), maioritariamente pertencentes ao século XII (Barroca, 2000a, I, p. 309).

Como transparece da legislação canónica, para que um altar pudesse entrar ao culto era necessário que encerrasse relíquias de santos. Pelo menos até ao século IV ou V não se conhecem formulários para as cerimónias de consagração, o que parece deixar alguma margem de liberdade a quem presidia à cerimónia (Santiago Fernández, 2002, p. 42). Jean Michaud vai mesmo mais longe e diz que até Gregório Magno (590-604) não existem formulários para este tipo de actos litúrgicos (Michaud, 1996, p. 184-185). Mas cedo se foi generalizando a ideia de que, para poder ser utilizado no ofício da missa, um altar deveria encerrar relíquias. Como sublinhou L. Araus Ballesteros, “*el carácter sacro del altar se ve reforzado por el contacto físico con las reliquias, que, ocultas en su interior, solamente pueden venerarse por medio de él*” (Araus Ballesteros, 2013, p. 457). Durante a Idade Média, o conceito de relíquia não se circunscrevia apenas a ossos ou a pequenos fragmentos de ossos dos santos ou mártires. Qualquer material que tivesse estado em contacto com o corpo de um santo era, ele próprio, considerado relíquia, como já pugnava Gregório Magno (590-604) na sua Epístola a Constantino Augusto (Michaud, 1999, 203; *Patrologia Latina*, 77, Epístola XXX, col. 702). Assim, lado a lado com pequenos fragmentos de ossos, encontramos uma enorme diversidade de materiais que podiam, em casos extremos, ser apenas pequenos pedaços de tecido ou pequenas quantidades de sedimentos retirados do interior do túmulo de um santo. Estas relíquias eram embrulhadas em pequenos panos (para garantir que mão humana não tocasse no Sagrado)³, e depois colocadas dentro de pequenas caixas, normalmente de madeira, mas por vezes de outros materiais⁴. Essas caixinhas de madeira recebem o nome técnico de *lipsanotecas* (do latim *lipsanoteca*, por sua vez oriundo do grego *leipsanon* (resto, resto mortal, relíquia) + *thēkē* (caixa)).

A deposição da lipsanoteca no altar de um templo constituía o momento culminante de uma cerimónia de dedicação. As lipsanotecas eram depositadas no *loculus*: uma pequena cavidade quadrangular ou rectangular, com moldura rebaixada para receber uma tampa que era, depois, lacrada. Antes de receber as relíquias, o *loculus* era ungido e purificado com água benta (Araus Ballesteros, 2013, p. 459). A implantação do *loculus* onde eram depositadas as lipsanotecas com as relíquias evoluiu o longo dos tempos. Correndo o risco de sermos excessivamente simplistas, diríamos que no período paleocristão ele se abria preferencialmente no solo, recebendo em cima o pé de altar e a mesa de altar. A inviolabilidade do receptáculo sagrado ficava, assim, garantida. Mas, ao longo dos tempos, ele foi mudando de local, subindo sucessivamente – primeiro para a parte superior do pé de altar, selada pela colocação da mesa

³ No *Painel da Relíquia*, do Políptico de S. Vicente de Fora, a figura com manto vermelho que segura e exhibe a relíquia de S. Vicente – um fragmento de calote craniana – exhibe-a pousada sobre um pano verde.

⁴ São conhecidos exemplos em pedra, em osso ou marfim, em metal e em vidro.

de altar; depois para a própria mesa de altar, sendo o *loculus* escavado na sua espessura e encerrado por tampa de madeira devidamente lacrada.

De todas estas implantações dos *loculi* temos exemplos em Portugal. Em 1989, nas escavações arqueológicas da basílica tardo-antiga do Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira), Rafael Alfenim e Maria da Conceição Lopes identificaram o *loculus* das relíquias escavado no pavimento da basílica. A cavidade, definida por tijolos, abrigava uma lipsanoteca rectangular, com tampa plana, talhada em mármore cinzento ou mármore de S. Brissos (Alfenim & Lopes, 1995, p. 394). No seu interior encontrava-se um pequeno fragmento metálico (que se veio a determinar ser liga de estanho e chumbo) pertencente a uma ampula, semelhante às ampulas que os peregrinos costumavam trazer da Terra Santa com água benta. E, a seu lado, três medalhões de cerâmica, muito fragmentados (Alarcão *et al.*, 1995, p. 401-405).

Da implantação do *loculus* na parte superior do pé de altar são conhecidos vários exemplos: no adro da Igreja de St^o. Eulália de Rio Côvo (Barcelos) conservava-se, há alguns anos, um pé de altar de secção cilíndrica, com o *loculus* quadrangular rebaixado na sua parte superior, com moldura para receber a tampa de madeira. Uma peça semelhante, procedente de S. Bento da Várzea, conserva-se no Museu Pio XII, em Braga (SL 540 – Fontes & Pereira, 2009, II, p. 70) e outra conservava-se nas ruínas da Igreja do Mosteiro de Ermêlo, em Baião. No Museu Pio XII, em Braga, conservam-se também várias aras romanas que foram reaproveitadas como pé de altar em templos cristãos e que apresentam, na parte superior, o característico *loculus* para receber as relíquias, que mutilou o *foculus* da ara pagã (normalmente uma moldura circular e em relevo).

Finalmente, em diversos templos românicos ou góticos encontramos altares que apresentam o *loculus* escavado na superfície superior da mesa, selado com tampa de madeira. Os exemplos podiam multiplicar-se, até porque este costume se prolongou pela Época Moderna, mas apenas convocaremos o caso do altar de S. Teotónio, do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, datado pela sua inscrição de 1162, mas talvez criado por volta de 1180 (Barroca, 2000a, Insc. 110; Barroca, 2017, Insc. 129). Houve casos em que a mesa de altar medieval, na espessura da qual tinha sido escavado o *loculus* das relíquias, foi substituída por outra mais recente, tendo os párocos tido o cuidado de conservar a pequena porção da mesa em que estava a cavidade. Foi o caso da Igreja de S. Salvador de Pedregais (Vila Verde), cujo *loculus* foi recolhido no Museu Pio XII, em Braga (SL 682 – Fontes & Pereira, 2009, II, p. 71). E o mesmo aconteceu na Igreja Velha de S. Torcato (Guimarães), de onde procede a maior colecção de lipsanotecas portuguesas, que abordaremos mais à frente (Barroca & Real 1992).

Esta “migração” do *loculus*, desde o pavimento do templo até à parte superior da mesa de altar, está relacionada com a prática medieval (e moderna)

de se abrir a cavidade sempre que havia dúvida sobre a existência de relíquias. Como se disse acima, para que se pudesse celebrar culto num altar, ele tinha de encerrar relíquias. E a dúvida era justificação suficiente para a abertura do altar. No interior do *loculus*, para além dos *autentica* (pequenos rectângulos de pergaminho, identificando a natureza das relíquias, que eram colocados durante a cerimónia de deposição das relíquias), acrescentava-se, então, um *auto de abertura*, onde se identificavam as autoridades presentes no momento de abertura do altar, a data em que tal ocorrera e o conteúdo nele encontrado. Alguns altares também foram abertos para se acrescentarem novas relíquias. Um altar com um amplo e diversificado conjunto de relíquias ganhava prestígio e atraía fiéis e, com eles, doações pias e património. Por isso, sempre que era possível, ao número de relíquias era ampliado. Como se compreende, no universo monástico esta prática foi relativamente comum, enquanto, pelo contrário, nos templos paroquiais se revela menos usual. Em alguns casos, as inscrições comemorativas da sagração ou dedicação do templo, que eram colocadas nas paredes dos edifícios, assinalavam as relíquias que o seu altar encerrava. Em Portugal, o primeiro exemplo onde isso acontece é na inscrição de dedicação da Igreja de St^a. Maria de Lamas do Vouga (Águeda), cuja epígrafe, datada de 10 de maio de 1170, assinala a presença de relíquias dos sepulcros da Virgem e do Senhor e de relíquias dos santos Felicíssimo e Agapito, de S. Sebastião e da própria Virgem Maria, a quem o templo era dedicado (Barroca, 2000a, Insc. 134; Barroca, 2017, Insc. 155). Mas a maioria das inscrições de sagração ou dedicação portuguesas limita-se a registar a data da cerimónia e os protagonistas presentes. Por isso, noutros casos criaram-se inscrições apenas para assinalar a presença de relíquias, como foi o caso do Mosteiro de Pombeiro que, na segunda metade do séc. XII, criou uma epígrafe assinalando a presença de relíquias de S. Pedro, S. Paulo, St^o. André, S. Tiago e S. Tomé (Barroca, 2000a, Insc. 230; Barroca, 2017, Insc. 264). Divulgar este prestigante conjunto de relíquias era uma forma do próprio mosteiro fomentar o fluxo de crentes e, consequentemente, o volume de dádivas.

À custa do prestígio que as relíquias granjeavam, a Idade Média conheceu um florescente comércio de relíquias, maximamente oriundas do Próximo Oriente, cenário das Cruzadas, mas também procedentes de outros pontos da Europa. E nem sempre com uma origem bem esclarecida... Em Portugal, no século XII, há duas situações bem conhecidas que envolveram relíquias e que reflectem o prestígio de que elas se revestiram. A primeira, ocorrida em 1102, é o célebre *Pio Latrocínio*, quando o arcebispo compostelano, Diego Gelmírez, se deslocou a Braga e recolheu as relíquias de S. Frutuoso, de S. Silvestre, de S. Cucufate e de St.^a Susana, levando-as para Santiago de Compostela (*Hist. Compost.*, p. 94-99; Amaral & Barroca, 2020, p. 138 e 306-311;

Amaral, 2014; Amaral, 2007, p. 398-400). O segundo, ocorrido poucos anos depois, é a demorada peregrinação que Maurício Burdino, bispo de Coimbra, realizou à Terra Santa, entre outubro de 1104 e a primavera de 1108, acompanhado por D. Telo, de onde regressou com importante conjunto de relíquias que destinou à Sé de Braga, procurando, assim, remediar as consequências da incursão de Diego Gelmirez e recompor o relicário bracarense (David, 1947, p. 473-49; Amaral, 2007, p. 419-420; Amaral & Barroca, 2020, p. 283; Renzi, 2018; Renzi, 2019; Renzi, 2021, p. 29-31).

Neste breve apontamento procedemos ao inventário dos exemplos portugueses de lipsanotecas medievais em madeira, alargando o âmbito cronológico até ao fim do reinado de D. Manuel I. Nas fichas de inventário sistematizaremos os dados relativos à cronologia, à madeira, às dimensões e às inscrições, ao contexto, registando, no final, a bibliografia específica de cada lipsanoteca.

INVENTÁRIO DAS LIPSANOTECAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS

Lipsanoteca nº 1

Séc. X

Igreja Velha de S. Torcato (S. Torcato, Guimarães)

Madeira não identificada

Dimensões: 9 cm (comp.) x 5,2 cm (alt.) x 4,5 cm (larg.)

Inscrição: Sem inscrição original. No século XIII registou-se:

De Ligno S(anc)ti Cosme et Da / mjanj et S(anc)te Torq(ua)ti m(ar)t(yris)

Contexto: Em 1986, durante o processo de restauro da Igreja Velha de S. Torcato, ao desmontar-se o altar moderno apareceram incorporados dois pés de altar medievais (um moçárabe, do séc. X, compacto e ornamentado com cinco toros verticais, com o *loculus*, vazio, na parte superior; outro românico, de 1132, com colunelo com largas estrias helicoidais, sem *loculus*) e um fragmento da mesa de altar românica, correspondente à zona do *loculus*. Na secção da mesa de altar lê-se, truncada, a inscrição:

[altar]E S(an)C(t)I TORQUATUS.

No *loculus* da mesa de altar apareceram oito lipsanotecas – uma do século X, cinco do século XI, uma de 1132 e uma última do século XIII ou XIV – que foram estudadas por nós e por Manuel Real (1992). Trata-se do mais importante conjunto de lipsanotecas medievais portuguesas e certamente um dos mais importantes da Península. Infelizmente, foram recentemente roubadas, desconhecendo-se o seu paradeiro actual. A lipsanoteca do século X, que continha as relíquias do Santo Lenho, de S. Cosme e S. Damião e de S. Torcato, era a única que apresentava decoração e, significativamente, a única que não tinha legenda original (certamente porque não havia necessidade de

a distinguir, por não haver, na altura, outras caixas dentro do *loculus*). Apresentava como decoração a sua superfície preenchida por motivos reticulados preenchidos com aspa, tratados a bisel, que ocupavam toda a superfície de um dos laterais maiores e a secção lateral correspondente à entrada da tampa. Na superfície inferior, na qual a caixa se apoia, foi esculpido o início do mesmo tema, mas não se passou da primeira fiada, com quatro rectângulos preenchidos por aspa. Na face oposta o motivo foi delineado a traço fino, mas nunca esculpido. A tampa era de entrada lateral. Pelos motivos ornamentais, moçárabes, e por ser a única lipsanoteca da Igreja Velha de S. Torcato que encerrava relíquias do santo padroeiro, defendemos ser a lipsanoteca do século X. A sua ornamentação recorda a lipsanoteca da Catedral de Astorga, estudada por D. Manuel Gomez Moreno (Gomez Moreno, 1919, p. 377-378). Neste sentido, é a mais antiga lipsanoteca medieval conhecida em Portugal, apenas suplantada pela lipsanoteca tardo-antiga do Monte da Cegonha. No interior desta lipsanoteca encontrava-se um pequeno tecido de linho, de cor ocre claro numa das faces e verde musgo na outra, encerrando areias e sedimentos. Era acompanhado de um *autentica* de papel, moderno, onde se repetia: “+ / *Reliquie de Lino Domini e[st] Sancti] Cosme et Damiani et Sancti Troquati*”. No extenso e pormenorizado Auto de Abertura de 7 de novembro de 1685, que o Pe. António Carvalho da Costa transcreve na sua *Corografia Portuguesa* (Costa, 1706, I, pp. 23-24), é a terceira caixa mencionada, sendo descrito o seu conteúdo (Costa, 1706, I, p. 23). A primeira referência a S. Torcato remonta a 1014, quando se refere que o *mandamento* de Vizela “*divide cum Sancto Torquato*” (PMH, DC 223). A primeira referência explícita ao Mosteiro é de 1059 (PMH, DC 420).

Bibliografia: Barroca & Real, 1992, p. 146-147; Barroca, 2000b.

Lipsanoteca nº 2

Séc. XI

Igreja Velha de S. Torcato (S. Torcato, Guimarães)

Madeira não identificada, talvez buxo ou cedro

Dimensões: 5,4 cm (comp.) x 2,6 cm (alt.) x 4,6 cm (larg.)

Inscrição: Na face correspondente a um receptáculo:

S(an)c(t)i Iacobi Ap(osto)li

Na face oposta, correspondente a dois receptáculos:

S(an)c(t)i Martini Ep(iscop)i / S(an)c(t)i Iohan(n)i Bab(tiste)

Contexto: Trata-se da primeira de cinco lipsanotecas que foram criadas num único momento e depositadas no pé de altar da Igreja de S. Torcato. Foram todas criadas no mesmo tipo de madeira, distinto da lipsanoteca do século X, e que poderia ser madeira de bucho ou de cedro. Pelo tipo de letra, visigótica redonda, atribuímos a sua criação e deposição ao século XI,

correspondendo a um momento de grande reforço das relíquias do altar de S. Torcato e, portanto, coevo da fase mais dinâmica desta instituição monástica altomedieval. Esta lipsanoteca tem a particularidade de apresentar três receptáculos individualizados, encerrados por duas pequenas tampas de aplicação vertical. O receptáculo maior correspondia a relíquia de S. Tiago. No lado oposto, e encerrado por uma única tampa, foram criados dois receptáculos: um para a relíquia de S. Martinho, outro para a relíquia de S. João Baptista. No seu interior encontravam-se dois pequenos *autentica*, em papel, que diziam: “+ / *Reliquje Santi Jacobi Apostoli*” e “+ / *[Re]liquje Santi Johans Babtiste / Out.os q(eu) se nã(o) podem [ler]*”. No interior da cavidade maior encontrava-se um pequeno bocado de papel, cuidadosamente dobrado, encerrando matéria orgânica pulverizada e areias, acompanhado pelos dois *autentica* acima referidos. Nas cavidades menores encontravam-se restos de tecido de cor branco-sujo, muito deteriorados. No Auto de Abertura de 7 de novembro de 1685 é a quarta caixa descrita (Costa, 1706, I, p. 24), sendo ainda mencionados pequenos fragmentos de ossos.

Bibliografia: Barroca & Real 1992, p. 147-148.

Lipsanoteca nº 3

Séc. XI

Igreja Velha de S. Torcato (S. Torcato, Guimarães)

Madeira não identificada, talvez buxo ou cedro

Dimensões: 6,1 cm (comp.) x 3,2 cm (alt.) x 2,1 cm (larg.)

Inscrição: Numa das faces maiores:

S(an)c(t)i Stephanie t / S(an)c(t)e Eolalie Virg(in)e

Contexto: A mais pequena das lipsanotecas do século XI, com a indicação das relíquias registada em letra visigótica redonda, resguardava as relíquias de Stº. Estêvão e de Stª. Eulália. Encerrava pequeno fragmento de tecido branco-sujo, com poeiras e fragmentos de lacre. O seu *autentica* moderno foi encontrado dentro da caixa nº 4, dizendo: “+ / *Reliquje Santi Estephani Marterj e Santa Eolalia Vi(r)ginis e M[artiris]*”. No Auto de Abertura de 7 de Novembro de 1685 é a oitava e última lipsanoteca descrita, dizendo-se que continha dois fragmentos de osso e um pequeno tecido de seda atado com “*fio de retroz vermelho*” (Costa, 1706, I, p. 24).

Bibliografia: Barroca & Real 1992, p. 148-149.

Lipsanoteca nº 4

Séc. XI

Igreja Velha de S. Torcato (S. Torcato, Guimarães)

Madeira não identificada, talvez buxo ou cedro

Dimensões: 6,4 cm (comp.) x 2,3 cm (alt.) x 4,7 cm (larg.)

Inscrição: Numa das faces maiores, em visigótica redonda:

S(anc)te Marie Vi(r)g(ini)s

Na face oposta, em letra gótica do séc. XIII:

Hic s(unt) reliq(ui)e S(an)c(t)e Marie Vi(r)g(inis)

Contexto: A terceira lipsanoteca do século XI apresenta numa das faces a legenda original, em visigótica redonda, e na face oposta uma nova legenda, em letra gótica do século XIII. No seu interior estavam dois *autenticas*: o da lipsanoteca de St^o. Estêvão e St^a. Eulália (N^o 3) e o de esta lipsanoteca, que dizia: “+ / *Hic su(n)t Reliquje Santa Marye Virginjs*”. No Auto de 7 de Novembro de 1685 é a sétima caixa descrita e continha dois pedaços de tecido, um de seda carmesim encerrando, dentro, outro de lã (Costa, 1706, I, p. 24).

Bibliografia: Barroca & Real, 1992, p. 149.

Lipsanoteca n^o 5

Séc. XI

Igreja Velha de S. Torcato (S. Torcato, Guimarães)

Madeira não identificada, talvez buxo ou cedro

Dimensões: 4,9 cm (comp.) x 4,1 cm (alt.) x 3,4 cm (larg.)

Inscrição: Numa das faces maiores:

S(an)c(t)i Mametis / Martiris

Contexto: A quarta lipsanoteca do século XI encerrava relíquias de S. Mamede. A sua legenda, em visigótica redonda, foi parcialmente avivada no século XIII na parte correspondente à primeira regra, incorrendo-se em pequeno erro ao grafar “*Matmetis*”. No Auto de Abertura de 7 de Novembro de 1685 houve um lapso, e identificaram-se as relíquias como sendo de S. Maxêncio (Costa, 1706, I, p. 24). A caixa continha, então, um pequeno fragmento de seda vermelha atado com fio branco. Quando se abriu, em 1988, continuava a ter o fragmento de seda vermelho.

Bibliografia: Barroca & Real, 1992, p 149-150.

Lipsanoteca n^o 6

Séc. XI

Igreja Velha de S. Torcato (S. Torcato, Guimarães)

Madeira não identificada, talvez buxo ou cedro

Dimensões: 7,8 cm (comp.) x 3,8 cm (alt.) x 4,1 cm (larg.)

Inscrição: Numa das faces maiores:

S(an)c(t)i P[el]lagi

Na face oposta, em letra gótica do séc. XIII:

Hic s(unt) reliq(u)ie S(anc)ti Pelagij

Contexto: Quinta e última lipsanoteca introduzida no altar de S. Torcato no século XI. Este conjunto homogêneo, quer no tipo de madeira, quer na

maneira de trabalhar a madeira, quer no tipo de letra, representou, como referimos, um importante reforço no conjunto de relíquias que o altar do mosteiro possuía. A legenda original foi registada em letra visigótica redonda, do século XI. Na face oposta, em letra gótica do século XIII, repetiu-se o conteúdo. Esta lipsanoteca foi a quinta descrita no Auto de 1685, altura em que continha um “*pedacinho de seda velha*” (Costa, 1706, I, p. 24). No seu interior, para além de um pequeno fragmento de tecido vermelho, encontrou-se um *autentica* moderno que dizia: “+ / *Reliquje Santi Pela(gii) e outras que se / Nã(o) poderom ler*”.

Bibliografia: Barroca & Real, 1992, p. 150-151.

Lipsanoteca nº 7

1130

Igreja de S. João Baptista de Souto de Lafões (Oliveira de Frades, Viseu)
Madeira de amieiro

Dimensões: 8 cm (comp.) x 5,6 cm (larg.) x 5 cm (alt.) (tampa: 7 cm x 4,2 cm x 0,5 cm)

Inscrição: Numa das faces externas maiores da caixa:

(A) *ERA . T . C . LXVIII . / Dedicata e(st) ec(c)l(esi)a ista . i(n) honore . / S(an)c(t)i Ioh(a)n(n)is Babtiste . a Domno : Bernal / do Colimbriensi ep(iscop)o .*

Na face oposta:

(B) *Hic abentur reliquie / S(an)c(t)i Sebastiani . S(an)c(t)i Lau / renti . S(an)c(t)a Agnes . S(an)c(e) Cecil(ia).*

Contexto: Lipsanoteca aparecida durante as obras de restauro da igreja, realizadas em 2004. Foi publicada por Jorge Adolfo de Meneses Marques, em 2009, que atribuiu a inscrição (A) ao ano de 1130 e que registou que a inscrição (B), na face oposta, recorria a letra do séc. XVI. No entanto, as duas inscrições são coevas do ano de 1130, não havendo motivos paleográficos para as diferenciar cronologicamente. D. Bernardo foi bispo de Coimbra entre 1128 e 1146. A primeira referência conhecida para a igreja de Souto de Lafões remonta a 1258 (PMH, Inq. p. 911), sendo também mencionada no Registo da Décima de 1320 (“*Item ecclesiam Sancti Joanis de Souto ad quadraginta libras*” – Boissellier, 2012, p. 170).

Bibliografia: Marques, 2009b, p. 222-223; Marques, 2014, p. 108; Paiva *et al.*, 2016, 1, p. 92 e 572; Barroca, 2017, Insc. 76, p. 195-196.

Lipsanoteca nº 8

1132

Igreja Velha de S. Torcato (S. Torcato, Guimarães)
Madeira não identificada

Dimensões: 9,5 cm (comp.) x 5,6 cm (alt.) x 3,8 cm (larg.)

Inscrição:

D(e)dicata est ec(c)l(esi)a ista a d(om)no Pelagio / Bracarensi archiep(iscop)o. In honore S(an)c(t)i Sa(lv)a / toris. S(ancte) Marie. (S(ancti) Michaelis. S(ancti) P(e)tr(i) (A)p(osto)li / S(ancti) Torquati. Anno ab i(n)car-nationis D(omi)ni / M^o. C^o. XXX^o. II^o

Contexto: A sétima lipsanoteca do conjunto da Igreja Velha de S. Torcato corresponde à sagração realizada pelo Arcebispo D. Paio Mendes e apareceu já sem a sua tampa. A legenda, extensa e pormenorizada, foi registada em letra carolina, compatível com a data exarada. A cerimónia corresponde à reforma românica da igreja monástica. No seu interior encontrava-se um *autentica* do século XV ou XVI que copiou a legenda exterior. Por baixo deste *autentica*, cuidadosamente dobrado, encontravam-se vários pequenos fragmentos de lacre. No Auto de Abertura de 1685 é a primeira lipsanoteca descrita e ainda tinha, no seu interior, alguns fios de seda e pequenos pedaços de ossos (Costa, 1706, I, p. 23). O Arcebispo D. Paio Mendes [da Maia] esteve à frente dos destinos da diocese de Braga entre os anos de 1118 e 1137.

Bibliografia: Barroca & Real, 1992, p. 151-153; Barroca, 2017, Insc. 79, p. 202-203.

Lipsanoteca Nº 9

1138 (ou 1137 ?)

Igreja de S. João Baptista de Cova (Vieira do Minho, Braga)

Caixa moderna, em vidro e com tampa de prata

Dimensões: 8,7 cm (comp.) x 5,5 cm (larg.) x 3,5 cm (alt.)

Inscrição: No Auto de Abertura de 1645 regista-se a seguinte inscrição:

«*Dedicata est Ecclesia ista ab domno Pelagio Bracharensi Archiepisco-pu. In honorem Sanctae Mariae. Sancti Michaelis. S. Bartholomei. Sancti Ioannis. Sancti Iacobi. Era mil e cento e trinta e oito. 1138*»

Contexto: Caixa de vidro com tampa de prata aparecida por volta de 1980-82. Continha dois autos de Abertura (um de 1645, outro de 1791), cinco fragmentos de tecido e três *autentica*. No verso do Auto de Abertura de 1645 refere-se o teor da inscrição, acima transcrito, que estava “*escrito por fora no caixotinho de pau*”. O paradeiro do “caixotinho” é desconhecido. A igreja de S. João Baptista de Cova encontra-se referida no Censal da Diocese de Braga do séc. XI (Costa, 1959, II, p. 108; Amaral, 2007, p. 696) e na Lista das Igrejas do Padroado Régio de 1220-29: “[462] *Item Sanctus Johannes de Cova*” (Boissellier, 2012, p. 76). O arcebispo D. Paio Mendes permaneceu à frente da Diocese de Braga entre 1118 e 1137, pelo que a transcrição deverá encerrar erro na data proposta.

Bibliografia: Barroca & Real, 1992, p. 154-156; Barroca, 2017, Insc. 86, p. 216-217.

Lipsanoteca N° 10

1142

Igreja de S. Pedro de Caifas (Galegos, Penafiel, Porto)

Madeira não identificada

Dimensões desconhecidas

Inscrição:

“Hec ecclesia est consacrata Petro / Portugalensi Episcopo in Honore Sanc / ti Mametis Martiris et Sancte Cru / cise t Sancti Petri Apostolo Era / M^a C^a 2XXX”

Contexto: Inscrição registada em lipsanoteca que João Pedro Ribeiro registou nos seus manuscritos: *“Circundava esta inscrição hua pequena caixa de madeira, com algumas reliquias que se achou, desmanchando o altar mayor da Ig.^a de S. Pedro de Caifas, annexa de St.^o Estêvão de Oldroens, junto ao mosteiro de Paço de Sousa.”* (BGUC, Ms. 703, fl. 417). A paróquia de Caifas apresenta uma singular variação de designações ao longo da Idade Média: começou por ser designada S. Mamede de Fafiães, documentada entre 938 e 1123 (Sousa, 1982, p. 46-47); em 1220-29 refere-se como *“Sanctus Cosma de Caifas”*, com provável lapso na atribuição do orago (Boissellier, 2012, p. 85); mas nas Inquirições de 1258 já era designada paróquia de S. Pedro de Caifas (PMH, Inq., p. 583). Nos finais do séc. XVII passou a designar-se S. Pedro de Boavista, sendo extinta no séc. XIX e anexada a Galegos. O bispo D. Pedro, mencionado na lipsanoteca, governou a Diocese do Porto entre 1138 e 1145.

Bibliografia: Barroca, 2017, Insc. 95, p. 239-240.

Lipsanoteca N° 11

1145

Capela de N^ª. S^ª. do Torrão (Longroiva, Guarda)

Madeira não identificada

Dimensões desconhecidas

Inscrição:

“Dedicata est ista ec(c)l(esi)a a D(om)no / Iohan(n)e Archiep(iscop) o Brac(h)aren(si) I(n) / Honore S(an)c(t)ae Mariae S(an)c(t)i / Nicolai Conf(essor) et Aliter S(an)cta Cruz: / Erecta [era] M C L XXXIII”

Contexto: Lipsanoteca aparecida em 1977, quando se procedeu ao desmonte do altar da Capela de N^ª. S^ª. do Torrão, junto do Castelo de Longroiva, que reaproveitava uma ara romana dedicada a Júpiter. Foi novamente encerrada no pé-de-altar. Adriano Vasco Rodrigues registou o texto escrito na lipsanoteca, que diria: *“Dedicata est ista eclia a Dno / Iohane Arcpicpo Bracaren I / Honore Scae Mariae Sci / Nicolai Conf et Alior SCruz: / Erecta M C L XXXIII”*. O Arcebispo D. João Peculiar governou a Diocese de Braga entre

1138 e 1175. A Igreja de Santa Maria de Longroiva encontra-se mencionada no Rol de 1220-29: “*Sancta Maria de Longovria*” (Boissellier, 2012, p. 88). A data exarada na lipsanoteca corresponde ao mesmo ano em que Longroiva foi entregue aos Templários, por Fernão Mendes de Bragança, tenente da Terra de Bragança e cunhado de D. Afonso Henriques. A doação ocorreu a 10 de junho de 1145 (Barroca, 1996-97, p. 174). A presença desta lipsanoteca deve ser entendida como um primeiro testemunho da actuação dos freires do Templo na sua nova povoação.

Bibliografia: Rodrigues, 1983, p. 112-113; Barroca & Real, 1992, p. 156-157; Barroca, 2017, Insc. 98, p. 244-245.

Lipsanoteca Nº 12

1150

Igreja de S. Tiago de Areias (Santo Tirso, Porto)

Madeira não identificada

Dimensões desconhecidas

Inscrição: Referida num tomo da paróquia:

«*Dedicata est ista Ecclesia a Domino Johanne Bracharensis Archiepiscopo, in honore Sancti Jacobi : Sancti Laurentii, Sancti Pelagii, Sancti Romani. Ano M C L XXX VIII*»

Contexto: A notícia, exarada num Tombo da igreja, foi divulgado por Augusto César Pires de Lima. O Tombo refere que a inscrição estava “*em hua taboa q estava metida no altar de S. T(ia)go sendo de pedra*” (Tombo, fl. 18v). A referência final, a um suporte pétreo, deixa dúvidas se seria uma lipsanoteca, como defendemos em 1992 e como se adequa ao formulário da inscrição, ou se seria uma epígrafe gravada em pedra. Continuamos a interpretar esta passagem no sentido da inscrição estar numa tábua e o altar ser de pedra. A igreja de S. Tiago de Areias, outrora conhecida como S. Tiago de Nadim ou Landim, encontra-se documentada desde 991 (PMH, DC 162; Costa, 1959, II, p. 35; Correia, 1989, p. 15; Amaral, 2007, p. 599). A partir de 1258 aparece referida com a nova designação de S. Tiago de Areias. O arcebispo D. João Peculiar governou a diocese de Braga entre 1138 e 1175.

Bibliografia: Lima, 1940, VI, p. 326-327; Almeida, 1978, 2, p. 53; Barroca & Real, 1992, p. 154-156; Barroca, 2017, Insc. 108, p. 271-272.

Lipsanoteca Nº 13

1172

Igreja de St^a. Maria da Várzea (Várzea de Tavares, Mangualde, Viseu)

Madeira não identificada

Dimensões desconhecidas

Inscrição: Transcrita em manuscrito de Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo:

«E. M. CC. X. *Æpo Godino Dedicatur Ecclesias Ista*»

Contexto: Lipsanoteca descoberta em 1796 na Igreja de St^a. Maria da Várzea, Várzea de Tavares, registada por Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo nos seus manuscritos (BMV, Ms. Viterbo, 20-1-19, fl. 115v) e referida por Mário Farello na *História da Diocese de Viseu*. Segundo este autor fazia parte de um conjunto de lipsanotecas, em número não determinado, que continham relíquias do Salvador, de St^a. Maria, de S. João Baptista, de S. Mateus e de «Todos os Santos» (Sic). A Igreja de St^a. Maria da Várzea é mencionada na Décima de 1320 (Boissellier, 2012, p. 169). D. Godinho Soares presidiu aos destinos da diocese de Viseu entre novembro de 1171 e abril de 1176.

Bibliografia: Paiva *et al.*, 2016, I, p. 367, nota 63; Barroca, 2017, Insc. 163, p. 448-449.

Lipsanoteca Nº 14

[1225]

Igreja de S. Paio de Besteiros (Amares, Braga)

Madeira (?) não identificada

Dimensões desconhecidas

Inscrição: Não conhecida.

Contexto: Pinho Leal registou, em 1873, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, que a Igreja de S. Paio de Besteiros tinha sido reedificada em 1747, quando era abade D. Diogo da Costa, tendo-se preservado o retábulo original. Em 1862, quando este foi substituído por um novo, abrindo-se o retábulo “... encontrou-se por essa ocasião no altar mor, que era todo de pedra, uma pequena pia da mesma matéria, contendo uma caixa de metal e dentro d’ella várias relíquias, com um pergaminho, muito gasto do tempo, escripto pelo abbade (o licenciado Pedro de Carvalhaes) do qual constava o seguinte: Que no dia 25 de agosto de 1614, fazendo visita a esta egreja o cônego da Sé de Braga, Miguel Sequeira Pinheiro, se abriu o altar do bemaventurado S. Payo e que dentro de uma caixa de pau, muito gasta do tempo, foram encontradas as seguintes relíquias: - S. João Evangelista; S. Bartholomeu, apóstolo; S. Thiago apóstolo; S. Celestino, bispo; Santa Leocádia, Santa Marinha e Santa Christina. Mais algumas se continham na dita caixa, mas por estar muito gasto o dito pergaminho, não se pôde averiguar a quem pertenciam. Declarava mais o dito pergaminho que não fora encontrada alguma de S. Payo; mas que elle abbade a accrescentará por lh’a ter dado um religioso da Ordem de S. Bento, que a tinha tirado do relicário de Refojos de Basto. Além d’esta accrescentará mais as seguintes: - de Santo Innocêncio; de S. Vicente, papa, mártir; de S. Simão, mártir; de S. Zenónio; de Santa Pluremes, mártir; as quais houvera das mãos de religiosos e que assim as collocara todas no mesmo lugar.” No verso

do pergaminho acrescentara-se: “*Achei estas santas reliquias no anno de 1747, quando se demoliu a capella mor para se fazer de novo; estavam no altar que se refere n’esta relação e na mesma forma as tornei a collocar no mesmo altar, e para constar fiz esta clareza. Hoje, 4 de junho de 1748 – O abbade Diogo da Costa.*” (Leal, 1873, I, p. 394; Silva, 1958, I, p. 182-183). Apesar das notícias de 1614 e de 1748 não apresentarem a leitura da inscrição da lipsanoteca, nem a sua datação, ela deve ser coeva da sagração da Igreja de S. Paio de Besteiros, realizada a 14 de dezembro de 1225 e promovida pelo abade Viegas (Barroca, 2000a, Insc. 296, p. 729-730). A Igreja de S. Paio de Besteiros encontra-se mencionada no Censual da Diocese de Braga, dos finais do séc. XI (Costa, 1959, II, p. 212) e na lista das igrejas do Padroado Real, de 1220-29: “*Item Sanctus Pelagius de Balastariis*” (Boissellier, 2012, p. 71). Apesar da resposta de S. Paio de Besteiros nas Memórias Paroquiais de 1758 ter sido assinada pelo abade Diogo da Costa, não há qualquer referência ao aparecimento das reliquias, dez anos antes.

Bibliografia: Leal, 1873, I, p. 394; Silva, 1958, I, p. 182-183; Barroca & Real, 1992, p. 157.

Lipsanoteca n° 15

Séc. XIII

Igreja de S. Miguel de Mamouros (Castro Daire, Viseu)

Madeira de amieiro

Dimensões: 8,4 cm (comp.) x 5,7 cm (larg.) x 4,9 cm (alt.) (tampa: 7 x 5 x 0,8 cm)

Inscrição: Sem inscrição

Autentica: Continha três *autentica:* (A) 25 cm x 3,5 cm – Pergaminho com os Dez Mandamentos da Lei de Deus e, no fim, o início dos quatro Evangelhos:

“*Ego sum Dominus Deus tuus qui eduxi te de terra Egipti de domo servitutis. I – Non habebis deos alienos coram me. II – Non facies tibi sculptile neque omnem (?) similitudinem quodomo in celo et in terra. III – Non adsumes nomen Domini Dei tui in vanum. IIII – Memento ut diem sabbati sanctifices. V – Honora patrem tuum et matrem. VI – Non occides. VII – Non mecaberis. VIII – Non furtum fácies. VIII – Non loqueris contra proximum tuum. X – Non concupisces domni (?) proximi tui. Mathei – Liber generationis Jhesu Christi filii David. Secundum [---] Marcum – Inicium Evangelii Jhesu Christi filii David. Secundum Lucam – Fuit in diebus Herodis regis sacerdos. Johannem – In principio erat verbum et Verbum erat.*”

(B) 3,8 cm x 1 cm:

“*Sancti Sebastiani*”

(C) 2,5 cm x 1 cm:

“*Sancte Cecilie*”

Contexto: Lipsanoteca encontrada em pé de altar descoberto durante as obras realizadas no templo paroquial de Mamouros na década de 60 do século XX e oferecida ao Pe. Donato de Almeida e Cunha, da Queiriga, que a detinha em 1993, quando a estudámos com Jorge Adolfo de Meneses Marques. A sagração deve ter ocorrido antes de 1213, data da primeira referência conhecida para a Igreja de S. Miguel de Mamouros. É ainda mencionada nas Inquirições de 1258 (PMH, Inq., p. 930) e na Décima de 1320 (“*Item ecclesiam Sancti Micaelis de Domamouros ad octaginta libras*” – Boissellier, 2012, p. 169). Sobre a redacção adoptada pelos Dez Mandamentos, nomeadamente a versão do 2º Mandamento, de tendência iconoclasta, veja-se o que escrevemos em 1993.

Bibl.: Barroca & Marques, 1993, p. 35-43; Marques, 2009a; Paiva *et al.*, 2016, I, p. 92 e 572.

Lipsanoteca Nº 16

Séc. XIII/XIV

Igreja Velha de S. Torcato (S. Torcato, Guimarães)

Madeira de pinho

Dimensões: 5,5 cm (comp.) x 2,8 cm (larg.) x 2,8 cm (alt.)

Inscrição: Numa das faces maiores, em letra gótica do século XIII:

Euffemie et Dam]jani

Contexto: A oitava e mais recente das lipsanotecas do conjunto encontrado, em 1986, na Igreja Velha de S. Torcato e hoje, infelizmente, de paradeiro desconhecido, depois de recente roubo. Trata-se, também, da lipsanoteca de pior qualidade, realizada em madeira de pinho, apresentando vestígios da acção de xilófagos. No seu interior encontrou-se um *autentica* com o seguinte texto: «*Reliquje Santi Eufema e Damjanj*». No Auto de Abertura 7 de Novembro de 1685 é a segunda lipsanoteca descrita, logo a seguir à de 1132, e identificou-se, erradamente, como contendo as relíquias de S. Cosme e S. Damião (Costa, 1706, I, p. 23). No seu interior estavam “*dois ossinhos dos referidos santos*” envoltos num pequeno tecido de seda de cor negra.

Bibliografia: Barroca & Real, 1992, p. 153-154.

Lipsanoteca Nº 17

Data desconhecida

Igreja de Santiago de Lordelo, Guimarães

Madeira (?) não identificada

Dimensões desconhecidas

Inscrição: Não conhecida.

Contexto: Segundo informação que nos foi transmitida, em 1987, pelo Cônego Luciano Afonso dos Santos (1913-1992), o bispo de Lamego, D.

António Castro Xavier Monteiro (1919-2000), teria visto uma lipsanoteca na Igreja de Lordelo. Não conseguimos apurar mais dados. A igreja encontra-se referida na Lista das Igrejas de Padroado Régio de 1220-29: “*Item Sanctus Iacoby de Lordello*” (Boissellier, 2012, p. 78).

Bibliografia: Barroca & Real, 1992, p. 157.

Lipsanoteca Nº 18

Data desconhecida

Igreja de Pombal

Madeira não identificada

Dimensões desconhecidas

Inscrição: Não conhecida.

Contexto: Numa Visitação dos inícios do séc. XVI, publicada por Pedro Dias, são referidos vários objectos em poder do vigário de Pombal, entre os quais: “...*huua arquinha velha çintada de marfim e nella duas ambolas de vidro. Outra caixinha de marfim velha e muito quebrada çintada com çintas douradas. Outra caixinha muito velha e quabrada çintada de marfim e nella outra caixeta muito pequena. Nestas arquinhas estam signaaes de rreliquias e cousas que o pareçem.*” (Dias, 1979, p. 143). A Visitação de Pombal está truncada, faltando-lhe a parte que encerrava a datação. Mas Pedro Dias incluiu-a entre as Visitações de 1507-1510. Atendendo a que, nos inícios do século XVI, as lipsanotecas já eram descritas como “velhas” ou “muito velhas”, é legítimo supor uma cronologia recuada, talvez no século XII, centúria em que Pombal conheceu importante dinâmica na sequência da fundação do Castelo de Pombal, em 1156. A vila de Pombal possuía três igrejas referidas no rol de 1220-29: “[139] *Sancta Maria de Palumbar. [140] Sanctus Petrus de Palumbar. [141] Sanctus Martinus de Palumbar.*” (Boissellier, 2012, p. 97). Os três templos são abrangidos pela Visitação, mas as lipsanotecas encontravam-se, então, na posse do vigário de Pombal.

Bibliografia: Dias, 1979, p. 143.

Lipsanoteca Nº 19

Data desconhecida

Procedência desconhecida (Concelho de Miranda do Douro)

Madeira não identificada

Dimensões: 7,5 cm (larg.) x 4 cm (altura) x 3,7 cm (espessura)

Inscrição: Não conhecida.

Contexto: No Museu da Terra de Miranda conserva-se uma pequena lipsanoteca de madeira, com tampa “*embutida e pregada*”, de proveniência desconhecida, mas certamente oriunda de um templo do concelho de Miranda do Douro. Foi incorporada com a “*Nacionalização dos bens da Igreja*” e recebeu

o número de inventário SMD_00339. Na ficha da base de dados Matriz.net é avançada como cronologia os séculos “XVI d.C. – XVII d.C.”. A lipsanoteca obedece a tipologia já conhecida na Idade Média, podendo, por isso, ser mais antiga. No mesmo Museu conservam-se mais duas lipsanotecas, essas sim de cronologia moderna (Inv. SMD_00340, s/d; e SMD_00341, de 1626).

Bibliografia: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/Objectos-Consultar.aspx?IdReg=1119793> [consultado em 07.05.2022]

Lipsanoteca N° 20

1517

Sé do Funchal (Funchal, Ilha da Madeira)

Madeira não identificada

Dimensões desconhecidas

Inscrição: Sem inscrição

Contexto: Quando, nos inícios da década de 70 do século XX, se procedeu à remodelação do altar-mor da Sé do Funchal, apareceu o primitivo altar que encerrava, na parte superior do pé de altar, selada pela mesa, uma pequena caixa de madeira com um pergaminho que Rui Carita publicou, e onde se lia: “[A]NNO [Domi]nj Millesimo quingentesimo Decimo / septimo Die vero mensis decima octava / octobris ego Eduardus dumnensis Ep(iscopu)s com / secr(a)vj Ec(c)lesiam et altare hoc In hono / rem beatissime virginjs Marie et Reliquias / decem mjllia martirum. In eoque inclusi singu / lis Christi fidelibus hodie hunun annum et / In die Aniversario comsecrationis huiusmodi Jpsam / visitantibus quadraginta dies de vera In / dulgenta in forma ecclesie consueta comce / demte / + + +/ Eduardus / Ep(iscopu)s / Dumnensis / Rreliquie sunt videlicet decem milium martirum / Et petra turris sancte Barbore. Et lapiz de mo(n) / te sinay”.

Bibliografia: Carita, 1989, p. 337.

São, portanto, vinte as lipsanotecas medievais conhecidas até hoje para o espaço português. No seu conjunto, ressalta a significativa concentração cronológica ao longo do século XII, o que obedece a uma tendência que se detecta noutras regiões da Península Ibérica. Não sendo um conjunto muito numeroso, ele constitui, ainda assim, um acervo importante e rico em informações. Do ponto de vista tipológico, as lipsanotecas portuguesas apresentam um evidente ar de família: são, na sua maioria, pequenas caixas de madeira que optam pela configuração rectangular com um receptáculo para abrigar a relíquia. Apenas um caso – a Lipsanoteca n° 2 – a mesma caixa apresenta três receptáculos individualizados. Trata-se de uma das lipsanotecas do século XI procedente do conjunto da Igreja Velha de S. Torcato. O altar deste mosteiro encerrava, ainda, a única

lipsanoteca portuguesa com decoração – o nosso exemplar nº 1, que tem paralelos com a lipsanoteca de Astorga, estuada por D. Manuel Gomez Moreno. De resto, as lipsanotecas portuguesas são muito simples, recordando exemplares espanhóis como as duas lipsanotecas de S. Martiño del Pinário, depositadas por Diego Gelmirez na cerimónia de sagração, em 1104 – duas pequenas caixas criadas em madeira de cedro, hoje expostas no Museu da Cripta da Catedral de Santiago de Compostela –, ou as quatro caixinhas aparecidas durante o restauro da Torre Velha da Catedral de Oviedo, e hoje expostas no Museu Arqueológico Asturiano, em Oviedo (Jorge Aragoneses, 1952). Espanha possui, de resto, um notável conjunto de lipsanotecas, que deram origem a importantes estudos (entre outros, Santiago Fernandez, 2002; Araus Ballesteros, 2013; Fernández Somoza, 2014; Panizo Delgado, 2014). A densidade de lipsanotecas no território português é sensivelmente idêntica à que se regista na maioria das zonas de Espanha, à excepção da zona da Catalunha, nomeadamente das dioceses de Girona e de Lleida (Lérida), onde se verifica uma notável concentração de lipsanotecas, revelando o papel central que a deposição de relíquias assumiu nesta região. No que respeita à cronologia, sublinhemos que a maioria das lipsanotecas portuguesas - treze dos dezassete casos com cronologias conhecidas (ou seja, 76,4%) - corresponde aos séculos X a XII. As excepções seguras são as duas lipsanotecas do século XIII ou XIV, e o caso do Funchal, que é já do século XVI. O perfil cronológico da série portuguesa tem, por isso, correspondência com o que se verifica em outras regiões de Espanha, onde a esmagadora maioria das lipsanotecas também corresponde ao século XII. Por fim, em relação aos suportes das lipsanotecas portuguesas, infelizmente carecemos de análises ao tipo de madeira. Em tempos sugerimos que as cinco lipsanotecas do século XI da Igreja Velha de S. Torcato, tal como a de Mamouros, tivessem sido talhadas em madeira de cedro. Jorge Adolfo de Meneses Marques, no verbete da exposição de Viseu (2009), reviu essa atribuição e identificou a lipsanoteca de Mamouros e a de S. João de Souto de Lafões como sendo em madeira de amieiro. A lipsanoteca de 1132, da Igreja Velha de S. Torcato era em madeira de pinho e apresentava vestígios de xilófagos. Mas infelizmente muitos dos casos inventariados já desapareceram, o que impossibilita análises mais detalhadas. E até mesmo o notável conjunto de S. Torcato – uma das maiores concentrações de lipsanotecas num único altar a nível peninsular (se não a maior...) – teve a desventura de ter sido roubado, sendo hoje de paradeiro desconhecido.

BIBLIOGRAFIA

Alarcão, A. M., Lopes, C., & Alfenim, R. (1995). A Caixa Relicário do Monte da Cegonha, Selmes (Vidigueira). *Arqueologia e Laboratório. IV Reunião d'Arqueologia Cristiana Hispânica / IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 401-405

Alfenim, R., & Lopes, M.C. (1995). A Basílica Paleocristã / Visigótica do Monde da Cegonha (Vidigueira). *IV Reunião d'Arqueologia Cristiana Hispânica / IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 389-399

Almeida, C.A.F. (1978). *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, 2 vols.

Amaral, L.C. (2007). *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Séc. IX-1137)*.

Amaral, L.C. (2014). *Hugo, Cónego e Arcediago da Sé Compostellana – A Viagem de D. Diogo Gelmires ao Condado Portucalense, em Novembro de 1102*. Cabido da Sé do Porto

Amaral, L.C., & Barroca, M. J. (2020). *Teresa. A Condessa-Rainha*. Temas e Debates

Araus Ballesteros, L. (2013). De Corpora Sanctorum. A propósito de unas lipsanotecas castellanas. *Boletín dela Institución Fernán González*, 92, 455-495

Barroca, M.J. (1996-97). A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII. *Portvgalia*, N.S., 17-18, 171-209

Barroca, M.J. (2000a). *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols., FCG-FCT

Barroca, M.J. (2000b). 3. Lipsanoteca moçárabe de S. Torcato. *Guimarães: Mil anos a construir Portugal*, Museu de Alberto Sampaio, 79

Barroca, M.J. (2017). *Portugaliae Monumenta Historica ...*, Nova Série, vol. VIII/1, *Corpus Epigraphicum Portugalensium. Pars Prima: IX-XII Saecula*, Academia das Ciências de Lisboa

Barroca, M.J., & Marques, J.A.M. (1993). A Caixa-Relicário de Mamouros (Castro Daire). *Arqueologia*, 23, 35-43

Barroca, M.J., & Real, M.L. (1992). As caixas-relicário de S. Torcato. *Arqueologia Medieval*, 1, 135-168

Boissellier, S. (2012). *La construction Administrative d'un Royaume. Registres de Bénéfices Ecclésiastiques Portugais (XIII-XIVe siècles)*. CEHR

Carita, R. (1989). A Igreja da Madeira na Expansão Portuguesa. *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, I, 325-340

Correia, F.C. (1989). *Areias até ao século XI*.

Costa, A.J. (1959). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2 vols.

David, P. (1947). *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe Siècle*, Livraria Portugália Editora

Fernández Somoza, G. (2014). Muros consagrados. El entorno litúrgico medieval de la lipsanoteca de Bagüés. *Território, Sociedad y Poder*, 9, 99-116

Férotin, M. (1904). *Le Liber Ordinum en usage dans l'Église Wisigothique et Mozarabe d'Espagne du cinquième au onzième siècle*. Reimpr. de Ward, A., & Johnson, C. Edizioni Liturgiche (1996)

Ferreira, J.A. (1980). *Alphonse X. Prymeira Partida. Édition et étude*. INIC

Fontes, L., & Pereira, B. (2009). *Colecção de Epigrafia e de Arquitectura Medievais (Séculos IX-XIV)*, 2 vols., Instituto de História e Arte Cristãs

Hist. Compost. (1994). *Historia Compostelana*, Ed. de Emma Falque Rey, Akal Editores

Jorge Aragoneses, M. (1952). Las cajitas-relicario oventenses, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 6 (15), 131-134

Leal, A.S.B.P. (1873). *Portugal Antigo e Moderno...*, 1, 394

Lima, A.C.P. (1940). A freguesia de S. Tiago de Areias do Concelho de Santo Tirso (Subsídios para a sua história). *Douro Litoral*, 1ª Série, 1, 1940 (reed. in *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, 6, 1951, 315-399)

Marques, J.A.M. (2009a). 54. Lipsanoteca Caixa-relicário. *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Museu Grão Vasco, 220-221

Marques, J.A.M. (2009b). 55. Lipsanoteca Caixa-relicário. *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*, Museu Grão Vasco, 222-225

Marques, J.A.M. (2014). *Lafões, História e Património*, Edições Esgotadas Michaud, J. (1996). Epigrafia y Liturgia. El ejemplo de las dedicaciones y consagraciones de iglesias y altares. *Estudios Humanísticos*, 18, 183-207

Michaud, J. (1999). Culte des reliques et épigraphie. L'exemple des dédicaces et des consécrationes d'autels. *Les reliques. Objets, cultes, symboles*, Brepols, 199-212

Paiva, J.P. et alii (2016). *História da Diocese de Viseu*, I, Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra

Panizo Delgado, A. (2014). Noticia de três lipsanotecas de la Iglesia de Santa Marta de Tera. *Brigecio*, 14, 265-276

Renzi, F. (2018). Dall Portogallo a la Terra Santa. Gli itinerari di Maurizio “Burdino” (Secoli XI-XII). *Il Mediterraneo fra tarda antichità e medioevo: Integrazione di culture, interscambi, pellegrinaggi*, 207-218

Renzi, F. (2019). Da Coimbra a Costantinopoli fino a Cluny. Il viaggio di Maurizio “Burdino” e la donazione della Croce all’abate Ponzio di Melgueil (1104-1112). in *Un abate, un monastero, un Crocifisso. Ponzio di Melgueil da Cluny a Campus Sion*, 19-44

Renzi, F. (2021). *Mauricius Bracaraensis Archiepiscopus, quae est civitas Hispaniae. Le fonti narrative europee sull'Arcivescovo di Braga e Antipapa Gregorio VIII Maurizio «Burdino» (Secoli XII-XIII)*, CITCEM

Rodrigues, A.V. (1983). *Terras de Meda. Natureza e Cultura*

Santiago Fernandez, J. (2002). Inscripciones en lipsanotecas y tapas de altar catalanas de los siglos X-XII. Su origen y función. *Signo. Revista de História de la Cultura Escrita*, 10, 35-62

Silva, D.M. (1958). *Entre-Homem-e-Cávado. Monografia de Amares*, vol. 1

Sousa, A.G. (1982). São Pedro da Boavista. *Penafiel – Boletim Municipal de Cultura*, 2ª Série, 3, 46-59

Synodicon Hispanum (1982). *Synodicon Hispanum*, Garcia y Garcia, A., et alii, II, Portugal, BAC

Vives, J. (1942). Consagraciones de iglesias visigodas en domingo. *Analecta Sacra Tarraconensia*, XV, 257-264

Vives, J. (1963). *Concípios Visigóticos e Hispano-Romanos*, CSIC

NOTA: A fotografia que acompanha este estudo é da autoria do Fotógrafo Luís Ferreira Alves, recentemente falecido (1938-2022). Agradecemos à Doutora Isabel Maria Fernandes, Directora do Museu Alberto Sampaio, a autorização para a reproduzir aqui e prestamos a nossa homenagem à memória daquele que foi, indiscutivelmente, um dos maiores fotógrafos portugueses de Arquitectura. As lipsanotecas de S. Torcato, aqui fotografadas, eram o mais importante conjunto português do género, e um dos mais importantes da Península Ibérica. Infelizmente, hoje desconhece-se o seu paradeiro.



Fig. 1
Conjunto das lipsanotecas da Igreja Velha de S. Torcato.

